



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

24/08/2018

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1
1.2. VARA CRIMINAL.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	3
3. JORNAL O QUARTO PODER	
3.1. COMARCAS.....	4
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CEMULHER.....	5
4.2. COMARCAS.....	6
4.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	7 - 11
4.4. VARA CÍVEL.....	12
5. JORNAL VALOR ECONÔMICO	
5.1. PRESIDÊNCIA.....	13
6. O GLOBO	
6.1. PRESIDÊNCIA.....	14 - 19

Detento é assassinado ao chegar à casa de sua mulher, em Ribamar

Luís Carlos Mendonça Mendes, que estava no semiaberto e trabalhava naquela cidade, foi alvejado com cinco tiros em emboscada preparada por criminosos

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

O presidiário do regime semiaberto Luís Carlos Mendonça Mendes, 30 anos, foi executado na manhã de ontem, 23, nas proximidades da casa de sua companheira, Jaraci Carvalho, no bairro Oiteiro, em São José de Ribamar.

“Ainda escutei os tiros”, disse ela aos policiais. Luís Carlos chegou à porta da casa da companheira pedindo para abrir o portão, e foi quando ela ouviu os tiros. Ao sair, encontrou a vítima ensanguentada e dois criminosos correndo rua abaixo, fugindo com a arma na mão.

A mulher pediu socorro aos vizinhos, e a vítima foi levada até a sede do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), localizada nas proximidades do local do crime. Luís Carlos foi colocado em uma ambulância, mas morreu antes de chegar ao hospital. O corpo foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), em São Luís, para a autópsia.

Investigação

O caso foi registrado na delegacia de Polícia Civil do Araçagi, que é coordenada pelo delegado Walter Wanderley, mas será investigado pela Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP).

Os moradores da área onde ocorreu o crime, que não se identificaram com receio de represália, disse-



Divulgação

Luís Carlos Mendonça Mendes ainda foi socorrido, mas não resistiu

ram que Luís Carlos foi vítima de uma emboscada preparada por integrantes de facção criminosa. A vítima cumpria pena no regime semiaberto, dormia no presídio e durante o dia trabalhava em uma lanchonete, em São José de Ribamar, mas sempre que chegava à cidade passava na casa da namorada.

Ainda segundo os populares, Luís Carlos desceu do coletivo e antes de entrar na casa de Jaraci Carvalho, foi alvejado com cerca de cinco tiros. Os vizinhos chegaram a ver os criminosos, que, após o crime, fugiram.

Roubo

Luís Carlos havia sido preso duas vezes em 2016, a última no dia 23 de novembro, no bairro Piçarreira, naquela cidade. Ele estava em companhia de um comparsa, praticando roubo a uma mulher.

No mesmo ano, em janeiro, Luís Carlos trabalhava como vigilante quando foi preso pelos crimes de receptação e corrupção de menores. Segundo a polícia, ele estava com um som automotivo que tinha sido roubado por quadrilheiros e facionados de um taxista, no Residencial Nova Terra, em São José de Ribamar.

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) informou, por meio de nota, que o interno Luís Carlos Mendonça Mendes, de 30 anos, cumpria pena no regime semiaberto desde o dia 17 de julho, na Unidade Prisional de Resocialização (UPR) do Monte Castelo. O benefício foi concedido pelo titular da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP), o juiz José Ribamar d'Oliveira Costa, que respondia pela 1ª Vara na ocasião. A Secretaria esclarece

que, assim como a maioria dos internos da unidade, Luís Carlos também exercia trabalho externo, concedido por meio da Portaria nº 042/2018 de 17 de julho de 2018.

Mais mortes

A polícia começou ontem a investigar a morte do criminoso Jonatas Sousa, o *Pirata*, ocorrida na tarde de quarta-feira, 22, no centro de Timon. Há possibilidade de o autor desse crime ter sido um policial militar aposentado.

Populares disseram que o policial havia deixado a agência do Banco do Brasil quando foi abordado por *Pirata* e reagiu, empunhando a sua arma e alvejando o assaltante, que morreu no local. O corpo do assaltante foi removido para o Instituto Médico Legal (IML) da cidade.

O delegado Humaitan Silva, lotado na Delegacia de Homicídios do município, não confirmou se o autor do disparo tinha sido um militar. Segundo ele, as testemunhas ainda serão ouvidas.

Já no povoado Alto do Abel, zona rural de Santa Luzia do Paruá, foi assassinado Antônio Prudêncio dos Santos, de 45 anos, na noite de quarta-feira, 22. A polícia informou que dois homens não identificados teriam sido os autores do crime e fugiram em um veículo preto. O caso está sendo investigado pela delegacia de Polícia Civil da cidade, mas até a tarde de ontem não havia registro de identificação dos criminosos. ●

Judiciário condena matador de lavrador

Vítima, líder comunitário, foi executada em 2010 na comunidade do Charco, em São João Batista

Somente na madrugada de ontem terminou o julgamento do ex-policia militar Josuel Sodré Sabóia, iniciado na manhã de quarta-feira na sede da Câmara dos Vereadores de São João Batista. O júri foi presidido pelo juiz José Ribamar Dias Júnior. O ex-militar foi condenado a 18 anos, 8 meses e 12 dias pelo assassinato de

Flaviano Pinto Neto, um dos líderes da comunidade do Charco, entre São João Batista e São Vicente Ferrer.

O crime ocorreu no dia 20 de outubro de 2010. Além de Josuel Sodré, segundo a polícia, mais três pessoas estão envolvidas. ●

Íntegra em [o estadoma.com/450829](http://oestadoma.com/450829)



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO (Reabertura)
CONCORRÊNCIA Nº 02/2018-SRP
PROCESSO Nº 18.191/2018-TJMA**

OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de engenharia civil sob demanda, para atender as necessidades de serviços continuados de manutenção predial, corretiva, incluindo, reparos, alterações físicas, recuperação e consertos das instalações, adaptações/adequações decorrentes de alterações de layouts, com fornecimento de mão-de-obra e material, nas edificações utilizadas pelo Poder Judiciário do Estado do Maranhão; **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006 e suas respectivas alterações; **ABERTURA:** 27/09/2018, às 09:00 horas; **LOCAL:** Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, localizado na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA; **E-MAIL:** colicitacao@tjma.jus.br; **FONES:** (98) 3261-6181 / 3261-6194.

São Luís/MA, 24 de agosto de 2018.

MAURICIO FERNANDES LIMA - Presidente da CPL-TJMA

Reforma de escola de Serrano do Maranhão é determinada a pedido do MPMA

O Município de Serrano do Maranhão tem o prazo de 30 dias para iniciar procedimentos administrativos para a completa reforma da escola municipal Sementinha. A Justiça estabeleceu, em decisão do dia 14 de agosto, o prazo de 90 dias para a conclusão dos serviços, que incluem reformas dos banheiros, das salas de aula, do telhado, instalação de biblioteca, construção de muro e a revisão de todo o sistema hidráulico e elétrico do prédio.

A decisão judicial atendeu a um pedido de liminar em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de

Cururupu, da qual Serrano do Maranhão é termo judiciário. Em caso de descumprimento, está prevista a aplicação de multa de R\$ 1 mil por dia de atraso.

A ação, de autoria do promotor de justiça Francisco de Assis Silva Filho, resultou de procedimento administrativo instaurado para apurar denúncia acerca das péssimas condições estruturais de escolas da rede municipal de ensino de Serrano do Maranhão.

Em vistoria realizada pelo Ministério Público e Conselho Tutelar, foram identificados diversos problemas na escola/creche Sementinha, como a falta de ventilação

nas salas de aula, já que os aparelhos de ar condicionado estão danificados; não há biblioteca, bebedouros e nem local para armazenar a merenda escolar. Além disso, as instalações elétrica e hidráulica estão comprometidas.

Diante da situação constatada, o Ministério Público solicitou providências ao Município de Serrano do Maranhão, que não se manifestou. "Percebe-se que o Município está mais uma vez negligenciando o ensino público, prestando-o de forma precária e em ambiente inadequado", observou o promotor de justiça.

Na ação, o membro do Ministério Público ressaltou,

ainda, que a administração municipal recebeu recentemente recursos oriundos de complementação da União ao Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb) na ordem de R\$ 8.527.439,56, para serem usados exclusivamente na educação.

CRONOGRAMA

Na sentença da Ação Civil, o juiz Douglas Lima da Guia determinou que o Município de Serrano do Maranhão apresente, em caráter de urgência, o contrato para reforma da escola, com o cronograma de execução da obra, a fim de que os alunos e professores possam ter instalações mais adequadas.

GTI capacita rede de atendimento à violência contra a mulher no Maranhão

O Maranhão dispõe de uma série de ações para enfrentamento à violência contra a mulher.

Entre essas ações está a criação de Grupos de Trabalho Interinstitucionais (GTI's) coordenados pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu) para capacitação da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência.

As atividades foram divididas em oito GTI's: do Poder Judiciário; da Defensoria Pública do Estado do Maranhão; do Ministério Público do Estado do Maranhão; da Polícia Civil do Estado do Maranhão; da Polícia Militar do Estado do Maranhão; das equipes interdisciplinares já existente para o atendimento e/ou orientação às mulheres em situação de violência; dos órgãos municipais de atendimento às mulheres e seus familiares e dos órgãos estaduais de atendimento às mulheres e seus familiares.

O objetivo dos GTI's é analisar dados acadêmicos, locais e nacionais, das atuações profissionais, com o objetivo de definir recomendações e boas práticas de curto, médio e longo prazo, além de realizar estudos e debates para implantação e implementação de programa de premiação e reconhecimento de boas práticas maranhenses na atuação de profissionais do Sistema de Justiça e dos órgãos da Rede de Enfrentamento/ Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

Cada grupo tem um responsável técnico da Semu para a condução dos trabalhos. A Semu irá sintetizar relatórios e dados estatísticos como guia geral de boas práticas e recomendações no atendimento às mulheres em situação de violência. A reunião dos GTI's da Rede vão acontecer de 3 a 9 de setembro no auditório da Casa da Mulher Brasileira, no

Jaracati.

OUTRAS AÇÕES

Em março deste ano, o Maranhão passou a contar com a Lei Complementar nº 001/2018 para regulamentar o Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Portaria nº 099/2018 – Semu), além do Anteprojeto de Lei 048/2018 sobre o Programa de Atendimento Integral às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Os dispositivos fortalecem as ações de proteção e atendimento das mulheres vítimas de violência. Outra ação importante para o combate da violência contra a mulher foi a criação do Departamento de Feminicídio, ligado à Polícia Civil, e que esta semana completou um ano de funcionamento com a elucidação de 100% dos casos registrados na Grande São Luís e 80% dos casos registrados no interior do estado.

Comarca de Timon promove ações de sustentabilidade ambiental

Coleta seletiva solidária, separação de resíduos secos e úmidos e racionalização no uso de materiais são algumas das ações desenvolvidas por servidores e magistrados da comarca de Timon, por meio do projeto “Fórum Verde”, uma iniciativa da Diretoria que objetiva estimular a adoção de práticas sustentáveis que contribuam com a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

“As ações de sustentabilidade decorrem de um planejamento ambiental do projeto Fórum Verde, cujas etapas vem sendo executadas de forma concomitante com a aceitação social e a mudança de cultura dos servidores, magistrados e cidadãos que frequentam o prédio”, destacou o juiz Francisco Soares Reis Júnior, Diretor do Fórum de Timon. O uso racional dos materiais é efetivado por meio de medidas para economia de papel – como impressões em frente e verso e reutilização – e substituição do uso de descartáveis por canecas e xícaras de fibra de coco.

GILSON FERREIRA



Para Marcos Affonso Júnior, é urgente mudança e endurecimento da legislação

Delegado da Polícia Civil defende rigidez na legislação para coibir a criminalidade

PÁG. 1 [C2]

Delegado da Polícia Civil defende rigidez na legislação para coibir a criminalidade

Para Marcos Affonso Júnior, a forma como os legisladores interpretam o crime e o criminoso deixa a maioria dos cidadãos decentes “reféns” da delinquência

NELSON MELO

É bem evidente que a criminalidade no Brasil está alcançando patamares preocupantes. Mas poucas pessoas refletem sobre as reais causas dessa elevação. Para o delegado Marcos Affonso Júnior, titular do Departamento de Proteção à Pessoa (DPP), da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), a fragilidade na legislação é um dos fatores que contribuem para essa realidade. Segundo ele, uma mudança nas leis é urgente. Em sua sala, na SHPP, o delegado da Polícia Civil maranhense recebeu a equipe de reportagem do Jornal Pequeno, com quem conversou sobre essa temática, que deveria ser mais debatida em todos os setores. Sem pestanejar, Affonso Júnior mencionou a questão da legislação, que oferece uma série de benefícios aos presos, como saídas temporárias e progressão de regime de cumprimento de pena. Ou seja, o detento, dependendo de condições, pode sair do regime fechado para o semiaberto e, em seguida, ao

aberto.

Os legisladores elaboraram isso pensando na prevenção à reincidência criminal, mas, segundo Marcos Affonso, não é o que acontece na prática, uma vez que permite que os delinquentes se sintam mais aptos para prosseguir na conduta criminosa. Para o titular do DPP, o resultado é que a sociedade “fica à mercê da violência desenfreada”. Os congressistas, apesar do avanço da criminalidade no Brasil, não tomam atitudes eficientes e eficazes para coibir o problema em sua real dinâmica e dimensão. O delegado citou a questão da saída temporária, que tem como uma de suas condições para beneficiar o preso o bom comportamento. Contudo, ele assinalou que é obrigação do interno apresentar uma conduta decente no cárcere, tendo em vista que deveria ter a consciência de que cometeu um delito e, nesse sentido, deve reverter a situação com uma mudança drástica em suas concepções sobre o mundo. Conforme Affonso – que é

contra a pena de morte e a tortura –, a maneira como os legisladores interpretam o crime e o criminoso deixa a maioria dos cidadãos decentes “reféns de uma minoria delinquente”. Assim sendo, o delegado Marcos sustenta que penas mais duras serviriam de lição para os infratores, isto é, funcionaria como um aspecto pedagógico para o retorno ao convívio social. Ele citou o caso da bailarina Ana Lúcia Duarte Silva, de 51 anos, morta covardemente em um latrocínio durante a Semana Santa de 2016, no bairro da Estiva, zona rural de São Luís. A vítima, que também era historiadora, estava no carro dela, quando reduziu a velocidade, na BR-135, para desviar de buracos na rodovia, quando bandidos apareceram e a mataram para roubar seus pertences. Conforme lamentou Affonso Júnior, um dos capturados por ter participado desse latrocínio está solto, o que jamais deveria ter acontecido assim tão rápido, uma vez que o rapaz representa um perigo para

a sociedade e pode novamente praticar delitos desse tipo ou outros, como há vários exemplos aqui no Maranhão. O delegado da SHPP lembrou o caso de Carlos Henrique de Salles Ferreira, o “Carlinhos”, que foi condenado, recentemente, a 34 anos, 4 meses e 15 dias de reclusão, pela 6ª Vara Criminal de São Luís por ter matado o evangélico Leonardo Silva Torres, na Cidade Operária, em um latrocínio ocorrido em março de 2017. Antes, ele recebeu outra sentença, de 30 anos de prisão por ter assassinado o agente penitenciário Viterbo Nunes Silva, 49, em São José de Ribamar, sendo que os dois crimes aconteceram em menos de dois meses.

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Indagado sobre as audiências de custódia, o delegado criticou a forma como é feita. Se fosse realizada para averiguar se a prisão foi legal ou ilegal,

expressou o entrevistado, seria ótimo. O problema, destacou Affonso, é que a principal preocupação é saber se o preso foi agredido, o que se torna uma espécie de obsessão nessas audiências. Esse procedimento acaba servindo como um incentivo para que os delinquentes denunciem, às vezes até com falso testemunho, os policiais, retirando desses membros da segurança pública a motivação para continuar combatendo o crime.

FALTA DE INVESTIMENTOS NA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Além da fragilidade na legislação, Affonso mencionou a falta de investimentos na polícia judiciária, um problema que acomete o Brasil inteiro e que deixa a Polícia Civil pouco estruturada. Ele salientou que a investigação significa “prender com provas”, mas isto fica comprometido quando falta contingente, material e outros itens.

Esse investimento deveria abranger, também, a Polícia Técnico-Científica, pois o trabalho dos peritos criminais é um dos pilares de qualquer investigação policial, como o titular do DPP frisou.

ATUAÇÃO EM ÁREAS SOCIAIS

O entrevistado comentou, ainda, sobre o fomento nas áreas sociais, cuja precariedade deixa os jovens sem uma referência, um modelo, um “herói”, que influencie os meninos e meninas para uma vida digna. “Hoje, o que se observa é que algumas crianças, não de forma generalizada, claro, veem um traficante como um exemplo que deve ser seguido”, pontuou o delegado. “É preciso que se mude esta realidade”, prosseguiu Marcos, “e mostrar que, para que tenhamos algo, devemos nos esforçarmos”.

Affonso Júnior, nesse ponto, falou que o poder público deveria valorizar os cientistas, os

escritores e outros profissionais, para que estas pessoas sejam os “heróis” para os adolescentes. Essa valorização deveria abranger, ainda, o esporte, com investimentos, sobretudo, nas áreas periféricas, na escola pública, com uma boa estrutura. “Poderiam ser feitos convênios com associação de moradores para incentivar os projetos culturais, esportivos e comunitários”, enfatizou o delegado.

TRABALHO INTEGRADO COM AS FORÇAS ARMADAS

Outro ponto destacado pelo delegado se refere às Forças Armadas, que poderiam ser deslocadas, em caráter quase

exclusivo, para promover o patrulhamento e proteção de alguns lugares. Por exemplo, nas fronteiras com os países, em uma atuação mais focada, rígida, o que permitiria que a Polícia Federal (PF) trabalhasse apenas como apoio ao Exército. Nos portos e águas litorâneas, a Marinha poderia realizar patrulhamento ostensivo, pois muitos carregamentos de maconha, cocaína e crack chegam à região metropolitana de São Luís e outros locais com presença de rios e baías em embarcações, como ocorre naquele trecho de São José de Ribamar até Icatu, na Região do Munim. Ou ali no Quebra Pote, Tibiri, Mocajituba e outros lugares. Paralelamente, disse o

delegado Marcos, a Aeronáutica poderia assumir a fiscalização nos aeroportos, sendo que a presença de militares coibiria práticas delituosas. Mas isso deveria ser constante, rotineiro, em um trabalho integrado com as forças policiais, que combateriam a criminalidade de forma mais produtiva por se concentrar na investigação de crimes e ostensividade nas ruas, uma vez que as Forças Armadas estariam focadas naquelas tarefas já mencionadas. Com esse comprometimento, em ações em várias “frentes”, incluindo o Congresso Nacional, por meio dos legisladores, o criminoso perderia forças e, quem sabe, poderia, realmente, desejar a ressocialização.

GILSON FERREIRA



Para o delegado Marcos Affonso Júnior, é urgente uma mudança e o endurecimento da legislação brasileira para combater o avanço da criminalidade

Imperatriz

Cliente tem direito a receber 80% de valor pago em imóvel em caso de rescisão

O cliente que firmou contrato de promessa de compra e venda de um imóvel e, por motivos financeiros, deixar de pagar, resultando em rescisão contratual, tem o direito de receber de volta pelo menos 80% do valor já pago. Este é o entendimento de sentença proferida pela 1ª Vara Cível de Imperatriz, publicada nessa quinta-feira (23) e assinada pela juíza titular Daniela de Jesus Bonfim Ferreira. A ação é de Nulidade de Cláusula Contratual com Devolução de Valores Pagos, tendo como parte autora F. B. S., e como parte ré Aracati Office SPE 04 Construções e Incorporações Ltda. Na ação, o autor afirma que celebrou com a ré, contrato de promessa de compra e venda da sala comercial nº 702, no empreendimento Aracati Office, na Rua Amazonas, s/n, em Imperatriz, no valor de R\$ 229.296,00 (duzentos e vinte e nove mil, duzentos e

noventa e seis reais), a ser pago em parcelas. Relata, ainda, que já havia efetuado o pagamento da quantia de R\$ 29.381,52 (vinte e nove mil, trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos) e que, por motivos financeiros, não pode mais honrar com o pagamento do combinado, culminando na rescisão contratual, de forma unilateral pela parte ré, efetivada em março de 2012.

O autor afirma que encaminhou duas notificações à empresa, solicitando a devolução dos valores pagos, e que a SPE 04 Construções e Incorporações, citando uma cláusula do contrato, ofertou-lhe para devolução a quantia de R\$ 6.451,92 (seis mil quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos). O autor, então, enviou correspondência, noticiando que conforme entendimentos de diversas sentenças de outros tribunais, a retenção lícita seria no percentual entre 10 a 20%, mas que não obteve êxito em sua tentativa, motivando a ação. Para o autor, deveria ser retido a título de cláusula penal, 10% do valor correspondente às quantias pagas, por isso requereu a declaração de nulidade das cláusulas abusivas e ilegais e a devolução de 90% das quantias pagas.

A disputa eleitoral entre o governador Flávio Dino e o clã Sarney se trava nas ruas (em torno do asfaltamento delas), mas também nas manobras em torno das decisões da Justiça

por Amanda Almeida, de Coroatá (MA)

O TAPETÃO DO MARANHÃO



O casal de aposentados José Ribamar da Silvana, de 71 anos, e Luiza Helena de Medeiros, de 58, mora na Rua 7 de setembro, no bairro da União, em Coroatá, município do Maranhão, a 250 quilômetros de São Luís. Em frente à casa deles, uma cratera rasga quase de ponta a ponta a rua. O buraco deixa à mostra o antigo calçamento de pedra e terra e surgiu, segundo os moradores, pouco tempo depois de as máquinas de uma empresa contratada pelo governo de Flávio Dino (PCdoB) terem asfaltado, em setembro de 2016, ruas do bairro.

Faltavam duas semanas para as eleições municipais quando as máquinas chegaram para executar o programa Mais Asfalto, uma das ações do governo Dino. Candidata à reeleição, a então prefeita, Teresa Murad, não gostou. Acusou o governador de agir para beneficiar seu adversário nas urnas, o petista Luis da Amovelar Filho. Concunhada e aliada da ex-governadora Roseana Sarney (MDB), Teresa Murad deu ordens aos servidores da prefeitura para bloquear os tratores. Reivindicação popular antiga, a pavimentação só saiu com escolta policial. Passada a eleição, o buraco apareceu e nem prefeitura nem o governo do estado voltaram para impedir sua transformação em cratera. “Bastou passar um carro mais pesado para abrir esse buraco. Político só serve durante as eleições. Depois de 2016, nunca mais apareceram para arrumar a rua”, relatou Ribamar.

O embate político entre Dino e o clã dos Sarney em torno do asfalto de Coroatá, porém, continuou e ganhou neste ano nova temporada. No começo deste mês, a juíza da cidade, Anelise Nogueira Reginato, de primeira instância, assinou uma sentença que cassa o prefeito Luis da Amovelar Filho e o vice e decreta a inelegibilidade de Dino por abuso de poder econômico, político e administrativo. “A obra poderia ser lícita e benéfica à população, mas ela foi utilizada pelo governo do estado como propaganda, atrativo, cooptadora de votos da campanha dos então candidatos a prefeito e vice-prefeito de Coroatá”, frisa a juíza na decisão, assinada no dia 6 de agosto.

Coroatá é o reduto político de Ricardo Murad (PRP), marido da ex-prefeita Teresa e irmão de Jorge Murad, marido de Roseana Sarney, principal adversária de Dino neste ano. Por isso, a sentença da juíza Reginato foi encarada por Dino como uma manobra do clã Sarney para recuperar o governo do estado no tapetão judicial. “A doutora Anelise chegou à cidade há quatro meses. Ela é magrinha, bonita, elegante e muito simpática”, descreveu Luis da Amovelar. Pai do prefeito, é quem, de fato, comanda Coroatá.

A cidade de 64 mil habitantes, a 19ª maior do Maranhão, segundo projeções do IBGE, tem IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, de 0,57 — 99º lugar entre os municípios maranhenses — e economia fortemente dependente do Bolsa Família. Sua política é um microcosmo da situação do Maranhão, em que o poder é disputado pelo clã Sarney e pela “oposição” liderada por Dino, como os aliados do governador, vez ou outra, ainda se referem a si próprios depois de mais de 50 anos de controle político do estado pelos adversários.

Do alto de seu 1,60 metro de altura, Amovelar mandou oficialmente em Coroatá entre 2005 e 2012, depois de vencer uma disputa comparada na cidade à luta de Davi contra Golias. No palanque adversário, Ricardo Murad, com fama de sisudo, pedia votos para a filha Andrea Murad (PRP), hoje deputada estadual. “Olha para ela, gente. Coroatá vai mesmo deixar de votar nesta menina bonita para eleger esse orelha de rato?”, perguntava Murad.

Vitorioso, Amovelar, nome de sua rede de lojas de móveis que virou sua assinatura, deixou a prefeitura com uma série de processos. Em um deles, foi condenado por desvio de verbas públicas e se tornou inelegível. “Nossa gestão foi a mais atrapalhada que você possa imaginar. Entrei na prefeitura sem nem saber que tinha de fazer licitação”, admitiu. Sem poder concorrer em 2016, quem disputou foi o filho. “Eu fico à frente (*da prefeitura*) porque ele é muito jovem e sem experiência. E, na campanha em si, já foi falado que eu estaria auxiliando”, contou Amovelar.

A dupla segue à frente da prefeitura, à espera do julgamento de recursos contra a sentença de Reginato. Com 23 anos, o filho prefeito ainda mora com o pai. A reportagem de ÉPOCA tentou falar com Luis da Amovelar Filho antes de se encontrar com o pai. Foi informada de que ele estava se arrumando para um almoço com candidatos a deputado. Vestido com uma camisa polo, gel no cabelo e cordão de ouro, chegou uma hora depois e perguntou se o pai havia “esclarecido a história da cassação”.

Após a sentença da juíza Reginato, Amovelar recebeu uma ligação do Palácio dos Leões, a sede do governo estadual. “Luis, o que está acontecendo em Coroatá? Seu filho está cassado?”, contou Amovelar, sobre o que ouviu. Em poucos minutos, a cidade virou um furdução. Moradores foram para a porta da casa dos Amovelars para entender o que ocorria. O pai foi ao fórum na tentativa de conversar com a juíza, mas só viu a porta pela frente. Reginato tem uma casa em Coroatá, mas vive em São Luís, para onde foi logo depois da decisão.

A poucos quilômetros da casa do prefeito fica o sítio dos Murads em Coroatá. Segundo relatos da vizinhança, um vigia e um “cuidador” passam mais tempo por lá que o ex-prefeito. Na cidade, dizem que ele só é visto com mais frequência durante as eleições. Hoje, há poucos Murads na cidade, mas a família conserva sua força política. Ela pode ser atestada na divisão da Câmara Municipal, na qual Murad ainda tem o apoio de sete veradores, em comparação com oito de

Amovelar. “Somos meio a meio aqui”, disse Amovelar. A praça em frente à prefeitura de Coroatá leva o nome de José Sarney.

Murad não quis dar entrevista a ÉPOCA. Alegou estar envolvido com um julgamento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão, que decretou sua inelegibilidade na última terça-feira, dia 21 de agosto, numa ação referente às eleições de 2012. A Corte confirmou sentença da juíza Josane Araújo Farias, antecessora de Anelise Reginato em Coroatá. Segundo Farias, como secretário de Saúde no governo de Roseana, Murad abusou de poder político e usou a máquina pública a favor da candidatura de sua mulher, Teresa Murad, à prefeitura de Coroatá. Com a confirmação do TRE, a candidatura a deputado federal de Murad deverá ser barrada pela Justiça eleitoral.

Enquanto os moradores de Coroatá ainda tentavam entender se Amovelar era ou não prefeito, o governador digeriu a notícia com nervosismo. Em poucos minutos, ele, advogados e secretários começaram a levantar a ficha da juíza. Primeiro, descobriram que a juíza é de Curitiba e curtiu no Facebook páginas relacionadas ao juiz Sergio Moro da Lava Jato. “Deve ser fã do Sergio Moro e está nessa onda de super-herói da nação”, pensou de imediato um dos auxiliares de Dino.

Os aliados do governador dizem também ter descoberto no Facebook uma postagem de 2012 na qual a juíza diz se sentir em casa numa empresa de Sarney. Reproduziram a publicação numa representação do PCdoB contra Reginato no Conselho Nacional de





Placa inaugurada pela ex-prefeita Teresa Murad, cunhada do marido de Roseana Sarney, na Praça José Sarney, em frente à prefeitura de Coroa. Os laços familiares continuam a explicar a política do Maranhão no século XXI

Justiça (CNJ). A turma de Dino ainda levantou declarações de um deputado estadual, na tribuna da Assembleia, em apoio ao marido da juíza. Edilázio Júnior (PV) é genro de um irmão do ex-presidente José Sarney.

A juíza apagou seu perfil na rede. Fez boletim de ocorrência em que se diz vítima de uma montagem. “Registrei ocorrência policial para apurar montagem feita com foto do meu perfil social e estou aguardando a elaboração do laudo respectivo, que é confeccionado por perito especialista em fake news”, relatou a ÉPOCA. Ela não quis dar entrevista. Mandou apenas uma mensagem, em que disse que “não tem vínculo com qualquer das partes”. “Se tivesse, teria me declarado suspeita ou impedida”, afirmou. Sobre as contestações à decisão, ela disse que “qualquer irresignação — tanto de cunho processual quanto extraprocessual — quanto à decisão pode ser objeto de recurso. Depois de prolatada a decisão, não cabe ao juiz defendê-la. Esse interesse, ou o de mudá-la, cabe exclusivamente às partes”.

Para Dino, por trás da juíza está a tentativa do grupo Sarney de voltar ao poder depois de ter sido derrotado em 2014. “Tentar alguma coisa inusitada, fantasiosa, infelizmente, faz parte da trajetória deles. Para começar, a ação é do cunhado da Roseana”, disse. A chapa de Teresa Murad representou contra Amovelar Filho e o governador logo depois da confusão no bairro da União. “As relações muito íntimas que a juíza mantém com o grupo Sarney são normais no plano privado, mas deveriam ter levado à suspeição”, disse o governador.

Juridicamente, disse Dino, juiz federal de carreira, a decisão é “disparatada”. Ele alegou que Reginato desrespeitou o Código de Processo Civil, porque a juíza usou como prova um vídeo de 2018 que ela própria achou na internet e sobre o qual a defesa só tomou conhecimento na sentença. Segundo Dino, a magistrada juntou ao processo uma prova considerada cabal para lhe aplicar uma sanção e não o ouviu.

A ação não estava no radar do grupo de Dino. Lançado em 2015, o Mais Asfalto é alvo de outras representações referentes às eleições de 2016. Em um dos processos, com origem em outra cidade, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão foi contrário à condenação dos envolvidos, e, por isso, o governador se julga tranquilo. “Esse programa fez obras em quase todas as cidades do Maranhão. É claro que partidários locais politizam para um lado ou outro. Mas não houve ingerência, intromissão, participação ou qualquer uso da máquina do governador a favor desse ou daquele candidato”, disse Carlos Sérgio Barros, advogado de Dino.

Para o grupo Sarney, a decisão da juíza foi um prato cheio. No dia seguinte, um vídeo circulava no WhatsApp reunindo as chamadas em sites e jornais com a palavra “inelegível” em destaque. Na guerrilha de blogueiros apoiadores dos dois lados, os contrários a Dino divulgaram textos em que cravavam que sua candidatura estava impugnada. O governador cobrou dos auxiliares um recurso imediato ao TRE. Foi avisado de que a Corte dificilmente daria uma decisão rápida.

Na matemática da equipe de Dino, em consonância com especialistas ouvidos pela reportagem, é praticamente impossível que a sentença tenha efeito em outubro. Isso porque ela precisa ser confirmada pelo TRE, que está dando prioridade aos processos referentes às eleições de 2018. Eleito, Dino não corre o risco de perder o cargo por essa ação. Se o TRE confirmar sua inelegibilidade, ela só valerá para as próximas eleições. O governador acredita que conseguiu conter o estrago político ao usar as redes sociais para afirmar que a decisão não terá impacto nas eleições de 2018.

Dino derrotou Edison Lobão Filho, apoiado pela família Sarney, em 2014. Roseana Sarney renunciou dias antes de ele tomar posse para não ter de transmitir diretamente o bastão a ele. O grupo estava no poder, com



A juíza Anelise Reginato decretou a inelegibilidade do governador Flávio Dino (PCdoB), que vê a decisão como uma manobra para favorecer o clã Sarney

pouquíssimas derrotas, desde janeiro de 1966, quando o ex-presidente José Sarney assumiu o governo do estado. Antes de Dino, o primeiro insucesso contundente da família foi para Jackson Lago, em 2006. O grupo, no entanto, conseguiu reverter o fracasso nas urnas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cassou o governador em 2009 e levou Roseana Sarney ao comando do estado numa decisão questionada por especialistas.

Aos 88 anos, Sarney investe pesado nestas eleições. Depois de quase 28 anos com domicílio eleitoral no Amapá, voltou a ser eleitor do Maranhão no início do ano. Sua mansão no bairro Calhau, em São Luís, cujos reflexos do abandono nos últimos anos estão nos muros mal pintados, voltou a ser ponto de encontro do ex-presidente com líderes e empresários. Segundo relatos, Sarney não era visto por tanto tempo no Maranhão havia anos. Em sua coluna semanal no jornal *Estado do Maranhão*, de sua propriedade, reforçou os ataques a Dino.

Com a máquina do governo estadual nas mãos, Dino tornou a vida dos Sarneys mais difícil. Ele chega à candidatura à reeleição com o apoio de 16 partidos, sete a mais do que tinha há quatro anos. Sarney viu seu grupo desmanchar. A quantidade de partidos na chapa de Roseana minguou para seis. Em 2014, Lobão Filho, candidato do grupo na disputa contra Dino, reunia 18 legendas.

Para tentar conter a debandada, o ex-presidente procurou presidentes nacionais de partidos que fecharam com Dino. Foi a Ciro Nogueira (PI), do PP. Procurou ACM Neto (BA), do DEM. Segundo políticos do DEM maranhense, Sarney cobrou do prefeito de Salvador a promessa de seu avô, Antonio Carlos Magalhães, de eterna aliança entre o MDB e o então PFL no estado. Depois da co-

brança, de acordo com seus correligionários, ACM Neto comentou: "Então tá. Pede para o meu avô falar comigo". O avô faleceu em 2007. ACM Neto não respondeu a *ÉPOCA*.

Na tentativa de se manter no poder, famílias tradicionais na política do Maranhão pularam para o barco de Dino, que aparece em primeiro lugar nas pesquisas de institutos locais, com chance de vitória em primeiro turno. É o caso de André Fufuca (PP), segundo vice-presidente da Câmara, que faz campanha com a foto do governador. Prefeito de Alto Alegre do Pindaré, Fufuca Dantas, pai do deputado, foi aliado de Sarney por anos. Gerações mais antigas também desembarcaram. É o caso do ex-ministro do Turismo Gastão Vieira. Em atrito com os senadores do estado, ele deixou o MDB rumo ao PROS e, agora, pede votos para deputado federal na chapa de Dino.

Com a chapa esvaziada, Roseana Sarney tem passado aperto na campanha. Em um dos primeiros eventos depois da formalização de sua candidatura, ela se atrasou em quase três horas para chegar ao bairro Anjos da Guarda, na periferia de São Luís, onde a família acreditava conservar força. O burburinho era que a equipe da ex-governadora segurava a chegada dela com a expectativa de o local lotar. Não adiantou. Com uma plateia de cerca de 300 pessoas, o vazio do fundo do galpão enquanto a ex-governadora discursava era evidente. A equipe de Roseana culpou a falta de dinheiro para a eleição e a "desorganização típica de início de campanha".

Na chapa, Roseana carrega figuras conhecidas do eleitorado maranhense. Os candidatos a senador são Sarney Filho (PV), irmã dela, e o senador Edison Lobão (MDB), que tem como suplente o próprio filho Edison Lobão Filho. Os adversários na chapa de Dino, Weverton Rocha (PDT) e Eliziane Gamma (PPS), sonham em derrotar a dupla com o discurso de que representam a nova política, contra uma "chapa centenária". Em resposta, Lobão e Sarney Filho tentam pregar que a "experiência faz a diferença".

Alternando o comando entre três famílias — Sarney, Murad e Lobão —, o grupo não conseguiu fazer a transição política para novos nomes e virou refém de si mesmo. Roseana resistia a disputar o governo. Só foi convencida depois de apelos do pai, que a apon-

tava como única alternativa entre os aliados para garantir a sobrevivência do grupo.

Questionada sobre a tentativa da família Sarney de voltar ao poder, Roseana reclama do que chama de “preconceito” contra o sobrenome que carrega. “Tenho nome e sobrenome. Gostaria que começassem a respeitar o meu nome, não a família. A família é uma coisa. A Roseana é outra”, disse. Ela negou influência na decisão da juíza Reginato. Disse que não a conhece. “Jamais vi na vida.”

Em comum, Dino e Roseana têm levado o nome do ex-presidente Lula para os eventos da campanha. Em uma caminhada pela Raposa, município da região metropolitana de São Luís, o público se empolgou quando um dos aliados de Dino gritou “Lula livre”. O mesmo ocorreu em Anjos da Guarda, quando Roseana disse que seu candidato à Presidência é Lula. Em mais uma derrota para ela, o vice do ex-presidente, Fernando Haddad, que deverá ocupar o lugar do petista na disputa, gravou vídeo em que reforça

que Dino é o candidato de Lula no estado.

Para o governador, o grupo Sarney ainda apresentará surpresas na campanha. “Quando entro em campanha contra eles, sempre estou preparado. Essa (*a inelegibilidade*) é a primeira tentativa de muitas que virão”, disse. Em termos de ações, a disputa promete ser acirrada. Um aliado de Dino entrou com pedido de impugnação da candidatura de Roseana, em que ela é acusada de ser sócia de empresas com contratos com o poder público nos seis meses anteriores às eleições.

Dino não pode ser chamado de desprezado. Cunhada de Sarney, a desembargadora Nelma Sarney seria, pelo critério de antiguidade, eleita presidente do Tribunal de Justiça do estado no ano passado. Quebrando a tradição, os colegas elegeram José Joaquim Figueiredo dos Anjos, numa derrota do clã Sarney no Judiciário, onde tradicionalmente tem grande influência. O governador negou ingerência em outros Poderes, mas a família atribuiu a perda à forte atuação de Dino.——